

60 anos de luta pelos direitos do homem

Documento adotado pelas Nações Unidas tem origem no trauma da Segunda Guerra Mundial

Há quase 60 anos, no dia 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotava em Paris a Declaração Universal dos Direitos Humanos, texto fundador que rege o direito internacional desde a Segunda Guerra Mundial, embora seus ideais continuem, muitas vezes, distantes.

Várias manifestações estão previstas na data comemorativa, principalmente na França: na quarta-feira, uma cerimônia será organizada no Palácio Chaillot, em Paris, onde o texto foi ratificado. Estarão presentes representantes da ONU, da Comissão Europeia e de organizações de defesa dos direitos humanos.

Inspiração na declaração francesa dos direitos humanos e do cidadão, de 1789, e na declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem em sua origem o trauma provocado pela Segunda Guerra Mundial e pelo genocídio nazista.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e



Reuters

CERIMÔNIA – Sarkozy, FHC, Carla Bruni e Jimmy Carter juntos em Paris

direito”, diz o primeiro dos 30 artigos da declaração, que enumera direitos humanos, civis, econômicos, sociais e culturais “inalienáveis” e “indivisíveis”.

O texto foi adotado pelos então 58 Estados membros da Assembléia Geral da ONU, com exceção da

União Soviética, dos países do Leste europeu, da Arábia Saudita e da África do Sul, que se abstiveram. Na época, a URSS e seus países satélites insistiam nos “direitos reais”, econômicos e sociais, contra os “direitos burgueses” civis e culturais defendidos pelos ocidentais.

Os dois pactos que, junto com os direitos humanos, constituem a Carta dos Direitos Humanos da ONU, no entanto, só foram adotados em 1966. Mesmo sem valor coativo, a DUDH inspirou todos os tratados internacionais do pós-guerra, e é reconhecida como o fundamento internacional relativo aos direitos humanos. Como, por exemplo, as convenções internacionais para banir a discriminação contra as mulheres, de 1979, além das convenções contra a tortura (1984) e pelos direitos das crianças (1990), e a criação da Corte Penal Internacional (CPI) em 1998.

A declaração também inspirou “o direito de ingerência” e de assistência humanitária, da qual o chanceler francês, Bernard Kouchner, é um grande defensor. Mas não impediu a realização de um novo genocídio – em Ruanda, em 1994 – nem a violação cotidiana dos direitos fundamentais em diversas partes do mundo.

Os direitos humanos, entretanto, continuam sendo uma “ideo-

logia”, segundo o termo usado pelo ex-ministro francês da Justiça, Robert Badinter.

– Há uma corrente soberanista, em que cada um é dono em sua casa, representada sobretudo por China, Venezuela, Cuba e Birmânia, e uma corrente islamita, que acredita que os direitos humanos são o produto de um pensamento religioso revelado – explicou Badinter em recente entrevista em Paris.

Para o militante convicto da universalidade desse direitos, o mundo está regredindo, com episódios como os atentados de 11 de Setembro e políticas “desastrosas” como as empreendidas por Washington e pelas democracias européias a pretexto da luta contra o terrorismo.

– Renunciamos aos que pretendíamos defender, e vamos sofrer as consequências por um longo tempo – alertou.